

## **ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO CAPÍTULO REFERENTE AO DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO<sup>1</sup>**

A elaboração de um Plano Municipal de Educação como qualquer outra construção de plano, deve passar pelo processo de planejamento, começando pela montagem de um diagnóstico. É com base no conhecimento da realidade que se pode definir as diretrizes e metas, estabelecer prioridades e propor ações capazes de solucionar os problemas identificados e melhorar a qualidade do trabalho em desenvolvimento ou a ser iniciado na área de aplicação do planejamento.

Segundo, Monlevade (2002 p.57), diagnóstico educacional é a descrição da situação de cada etapa ou modalidade de ensino, com dados quantitativos e caracterização qualitativa, apontando problemas, dificuldades, perspectiva, avanços e retrocessos. O diagnóstico é o relatório do VER. Dessa forma, caberá aos Estados e Municípios fazer seus próprios diagnósticos para obter as bases de suas metas. Na realidade, a prática está mostrando – como já tem previsto as Leis 5.692/71 e 9.394/96 – que somente o Município pode levantar com precisão as demandas de educação escolar de sua população.

Para compor o diagnóstico da educação, sugere-se uma estrutura que dê continuidade ao diagnóstico do município, etapa elaborada anteriormente. Para melhor construir o diagnóstico educacional, a Coordenação Executiva deverá levantar os dados e organizá-los em forma de texto, intercalando com tabelas, gráficos, fotos e outros instrumentos que indiquem os dados quantitativos, desta forma, a Coordenação Executiva poderá utilizar os itens a seguir:

### **Níveis e modalidades de ensino**

Conforme já assinalado, nesta parte do diagnóstico serão trabalhadas informações quantitativas e informações qualitativas específicas sobre cada nível ou modalidade

---

<sup>1</sup> Adaptação, do texto de Elzira Colossi Volkmann, publicado no *Guia de Consulta do PRASEM II*, como anexo do texto de Marisa Timm Sari. E do livro *Plano Municipal de Educação: subsídios para elaboração*, PRADEM – Salvador: UFBA, FCM, Fundação FORD. 2004.

de ensino. Para a coleta dos dados quantitativos, devem-se buscar as agências oficiais de publicação de dados educacionais ou utilizar os dados da própria Secretaria. No caso das informações qualitativas, elas devem ser coletadas e analisadas em reuniões com os que vivenciam o ensino nesses níveis e modalidades.

Sugere-se aqui, que a Coordenação Executiva, organize subgrupos para análise de cada segmento do ensino. Para tanto, é imprescindível que cada subgrupo analise também os itens que tratam da **gestão da educação, da valorização dos profissionais da educação e os recursos financeiros**. É necessário que os estudos de cada segmento partam de uma contextualização geral e que cada segmento seja visto na integralidade do sistema de ensino.

## **1. Níveis da Educação Básica**

### **1.1. Educação Infantil**

É interessante comentar neste item como acontece o atendimento a população na faixa etária da educação infantil, separando as especificidades da creche (0 a 3 anos) e as da pré-escola (4 a 5 anos) de acordo com a estrutura do Ensino Fundamental de 9 anos. Para isso, será necessário dispor dos dados quantitativos sobre a sua oferta no município, considerando as redes de ensino, assim como o seu nível de atendimento considerando a demanda potencial. Depois, deve-se analisar a qualidade dos serviços oferecidos a essa demanda.

Os dados sobre evolução da matrícula devem ser extraídos dos arquivos da própria secretaria municipal de educação, quando esta não tiver as informações sobre os dados organizados e disponíveis, deverá recorrer aos dados disponibilizados pelo INEP.

**Tabela 01 – Evolução da matrícula da Educação Infantil no município X, por dependência administrativa e localização 2005 a 2008.**

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2005							
2006							
2007							
2008							

Fonte: IBGE para os dados de população e MEC/INEP, para os dados de matrícula.

Os dados atuais sobre a população infantil podem ser levantados da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Eles são importantes para demonstrar a expectativa recente de crescimento da população. Sugere-se utilizar a seguinte tabela:

**Tabela 02. Frequência por Ano do Nascimento segundo Município Residente.**

Nascidos Vivos – Bahia			
	Período		TOTAL
Município Residente	2006	2007	
TOTAL			

Fonte: [www.saude.ba.gov.br](http://www.saude.ba.gov.br)

Com isso, teremos uma visão exata sobre as tendências da oferta deste nível de ensino, considerando as redes e a localização.

Em seguida, analisa-se a demanda existente para essa etapa do ensino com a matrícula, utilizando os dados de população por idade, fornecidos no Recenseamento Demográfico de 2000. Pode-se fazer isso considerando o total do município para os dois segmentos, e no geral por localização. Depois de construídas as tabelas, fazer as análises, procurando extrair dos dados conclusões importantes para o diagnóstico.

A taxa de escolarização, aponta o percentual da população de determinada faixa etária que está regularmente matriculada na série apropriada. De outra forma, podemos analisar o déficit de escolarização, ou seja, a quantidade de alunos que se encontram fora da escola. Para isso, basta analisar a partir da subtração do percentual atendido, o quanto ainda restou sem atendimento, no mesmo período.

É importante também dar um destaque a escolarização da população, analisando as taxas pelo número de anos de estudo da população nas faixas etárias que correspondem à idade/série apropriadas. A referência para o cálculo são os dados do IBGE de contagem da população, por faixa etária.

**Tabela 03 – Taxa de escolarização da Educação Infantil do município. 2007**

Segmentos	População (A)	Matrícula (B)	Não-matriculados	Taxa (C)%
Creche (0 a 3 anos)				
Pré-Escola (4a 5 anos)				
Total (0 a 5 anos)	1234	704	530	57,05

Fontes: IBGE para os dados de população e MEC/INEP, para os dados de matrícula.

**Nota:** a taxa de escolarização refere-se à proporção de pessoas de uma determinada faixa de idade que frequênta a escola em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária.

EX.: Cálculo da taxa:  $B / A \times 100 =$

1234	————	100
704	————	X

$X = 70400 / 1234 = 57,05$
----------------------------

**Tabela 04. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município X, por localização – 2007**

Localização	População de 0 a 5 anos (A)	Matrícula (B)	Escolarização %
Urbana			
Rural	124	45	36,2

Fontes: IBGE para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula.

**Nota:** Cálculo da taxa de escolarização = matrícula/população por localização x 100  
 $B / A \times 100 =$

As tabelas 02 e 03 podem ser preenchidas a partir dos dados disponibilizados pelo MEC no documento Indicadores Demográficos e Educacionais, comparando-se a estimativa da população na contagem realizada em 2007 pelo IBGE, e o número de matrículas dessas faixas etárias, encontradas no mesmo documento.

A seguir estão algumas questões que podem nortear a produção e análise do texto sobre a Educação Infantil:

- Como é a procura por matrícula na educação infantil no município?
- Os estabelecimentos de ensino da Educação Infantil no município possuem estrutura adequada? Foram construídos para serem escolas?
- Os profissionais possuem qualificação adequada e exigida para atuar na Educação Infantil?
- Existem programas de formação continuada para atender os profissionais da Educação Infantil?
- Essas escolas dispõem de materiais e recursos adequados?
- O número de crianças por professores está dentro do recomendado 21/1 na pré-escola?
- A população na faixa etária da Educação Infantil é atendida em sua totalidade, ou pelo menos em sua maioria?
- Em que condições as crianças são atendidas quanto à estrutura das escolas, no que diz respeito a higiene, conforto e salubridade?
- Os padrões mínimos de atendimento, determinados pelo MEC, são considerados e obedecidos?
- Como acontece o acompanhamento da aprendizagem dos alunos na Educação Infantil? E como é feita a orientação metodológica nas creches e escolas?
- Quais são os problemas encontrados na Educação Infantil? Que tipo de ação o sistema educacional tem desenvolvido para superá-los?

## 1.2 Ensino Fundamental

Antes de começar a descrever o atendimento do Ensino Fundamental, a Coordenação Executiva deverá fazer uma análise de como está previsto o atendimento nesta etapa, conforme os princípios da legislação nacional e em seguida comparar com o que diz a Lei Orgânica do município, sobre o atendimento e oferta do Ensino Fundamental. Sugere-se a mesma metodologia utilizada para os estudos sobre a Educação Infantil. Desta maneira, inicia-se o diagnóstico sobre o Ensino Fundamental, analisando a evolução das matrículas por rede de ensino e localização.

**Tabela 05 – Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município X, por dependência administrativa e localização 2005/2008.**

Anos	Municipal		Estadual		Privada		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2005							

2006							
2007							
2008							

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar – [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

**Tabela 06. Taxa de Escolarização Líquida da população de 7 a 17 anos, 2000.**

Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)

Fonte: MEC/ INDICADORES DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS. Com base nos dados do IBGE - censo 2000.

**Tabela 07. Nível Educacional da População de 7 a 14 anos, 1991 e 2000.**

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% Frequentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14 anos								
10 a 14 anos								
Total								

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil

Após essas análises sobre a relação entre demanda e oferta do Ensino Fundamental no município, o diagnóstico deve concentrar-se nos aspectos qualitativos dessa oferta, primeiro analisando o nível de rendimento dos alunos e a defasagem idade-série.

O ideal é considerar os alunos de todas as redes, mas é importante também construir uma tabela com os dados específicos da rede municipal, para se ter uma idéia mais precisa das iniciativas que cabem ao município, já que os dados da rede privada, em geral, contribuem para o aumento nos números que expressam adequação idade/série e a redução da distorção na rede estadual, depende de iniciativas da Secretaria de Educação do Estado.

**Tabela 08. Matrícula do Ensino Fundamental do Município X, por idade e série.  
Rede Municipal, 2007 ou 2008**

Idades	1º ano 1ª série	2º ano 1ª série	3º ano 2ª série	4º ano 3ª série	5º ano 4ª série	6º ano 5ª série	7º ano 6ª série	8º ano 7ª série	9º ano 8ª série	Total
6 anos	65									
7 anos	130									
8 anos	15									
9 anos	20									
10 anos	15									
11 anos	12									
12 anos	10									
13 anos	9									
14 anos	8									
15 anos	7									
16 anos	5									
+ de 16	5									
Nº de alunos Total em defasagem	91									
Total de matrícula	301									
% em defasagem	30,23									

Fonte: IBGE para os dados de população e MEC/INEP, para os dados de matrícula.

**Nota:** Cálculo de defasagem - Matrícula com defasagem / total da matrícula para a série.

$$\text{EX: } 91/301 \times 100 = 30,23$$

A tabela acima, busca relacionar a série em que o aluno está matriculado com a idade do mesmo, para identificar a distorção idade-série existente nas escolas do município, considerando a rede municipal de ensino.

A defasagem idade-série é entendida quando o aluno está com 2 anos a mais que o normalmente estabelecido, para série em que se encontra. Por exemplo, o aluno com mais de 9 anos de idade na 1ª série do Ensino Fundamental.

Com base nessas informações, podem-se definir estratégias de aceleração da aprendizagem, buscando aproximar e/ou adequar a idade à série correspondente. É importante considerar esses dados no diagnóstico, pois refletem o ingresso tardio do aluno na escola, a evasão temporária e a repetência. Ocorrências que merecem do município iniciativas eficazes no sentido de minimizá-las, ou melhor, eliminá-las.

Com base nessas informações, pode-se perceber se está havendo retenção de matrículas nas séries iniciais.

- Os alunos estão ingressando tardiamente na escola?
- Estão evadindo temporariamente sob o efeito das chuvas, da colheita, do plantio, na zona rural?
- Como podemos contornar esses problemas?
- Ocorrem ações no município para sanar o problema da distorção idade-série? Quais?
- Quais as séries que apresentam maiores índices de distorção idade-série?
- Que tipo de acompanhamento pedagógico tem sido dispensado para detectar e solucionar esses problemas?

É importante, em um diagnóstico sobre a educação municipal, registrar as taxas de rendimento escolar, considerando tanto os números de aprovação quanto o contingente de reprovados e evadidos da escola. A base para o cálculo desses índices – percentuais de aprovação, reprovação e abandono – deve ser a matrícula final, ou seja, o resultado obtido subtraindo-se da matrícula inicial o número de transferidos e evadidos.

$$\text{Cálculo: Matricula Inicial} - (\text{Transferidos} + \text{evadidos}) = \text{Matricula final}$$



Sugestão de tabela:

**Tabela 09. Taxas de Rendimento do Diurno - Rede Municipal, 2001, 2005 e 2007.**

Fase/Nível		Taxa Aprovação			Taxa Reprovação			Taxa Abandono		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1ª série / 2º ano do EF	2001									
	2005									
	2007									
2ª série / 3º ano do EF	2001									
	2005									
	2007									
3ª série / 4º ano do EF	2001									
	2005									
	2007									
4ª série / 5º ano do EF	2001									
	2005									
	2007									
5ª série / 6º ano do EF	2001									
	2005									
	2007									
6ª série / 7º ano do EF	2001									
	2005									
	2007									
7ª série / 8º ano do EF	2001									
	2005									
	2007									
8ª série / 9º ano do EF	2001									
	2005									
	2007									

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>.

Para obtenção dos dados da tabela 09, que estão disponibilizados no site do MEC em Indicadores Demográficos e Educacionais, é necessário acessar o endereço da

fonte indicada, selecionar o nome do município e clicar em gerar dados. O acesso rápido está disponível no ambiente Proam/Pme, na pasta Dados Estatísticos, em links\_de\_pesquisa\_acesso\_rápido, selecionando o último tópico da lista, que é o endereço <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>.

Para a análise qualitativa das informações, sugere-se responder as seguintes perguntas:

- Como está o desempenho dos alunos? São expressivas as taxas de aprovação?
- Quais as séries que apresentam os maiores índices de reprovação? Existe alguma razão especial para que isto esteja acontecendo?
- Quais são as disciplinas críticas em que os alunos têm mais dificuldades de aprendizagem?
- Que tipo de ação o sistema educacional tem desenvolvido para enfrentar essas dificuldades?

É imprescindível que a coordenação executiva inclua informações sobre os dados do IDEB, fazendo um comparativo com as médias nacional e estadual. A seguinte tabela é encontrada no mesmo endereço citado anteriormente. Porém, os dados referentes ao município, devem ser transcritos para a tabela abaixo.

**Tabela 10. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no Ensino Fundamental.**

Âmbito de Ensino		Anos Iniciais do Ensino Fundamental				Anos Finais do Ensino Fundamental			
		IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas	
		2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021
Brasil	Total	3,8	4,2	3,9	6,0	3,5	3,8	3,5	5,5
Rede Estadual do seu Estado		2,6	2,6	2,7	4,9	2,6	2,7	2,7	4,7
Rede Estadual do seu Município									
Rede Municipal do seu Município									

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>.

Para incrementar a análise qualitativa das informações, sugere-se responder as seguintes perguntas:

- Quais as ações desenvolvidas pelo sistema municipal de educação a partir dos resultados obtidos pelo IDEB?
- Quais as orientações dadas pelo município as unidades escolares com relação a análise dos resultados do IDEB?

### 1.3. Ensino Médio

Mesmo não sendo competência legal do governo municipal a oferta de educação no Ensino Médio, o PME deve considerar as expectativas dos munícipes em relação a essa etapa da educação básica, para então, desenvolver esforços, junto aos órgãos competentes para que as necessidades da população sejam satisfeitas. O atendimento do Ensino Médio pode ser demonstrado com os dados do Censo Escolar, podendo ainda ser analisado o desempenho dos alunos, observando as taxas de rendimento, de acordo com a tabela.

**Tabela 11. Taxas de Rendimento do Diurno - Rede Municipal**

Fase/Nível		Taxa Aprovação			Taxa Reprovação			Taxa Abandono		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1º ano do EM	2001									
	2005									
	2007									
2º ano do EM	2001									
	2005									
	2007									
3º ano do EM	2001									
	2005									
	2007									

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>.

**Tabela 12. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no Ensino Médio**

		ENSINO MÉDIO			
		IDEB Observado		Metas	
		2005	2007	2007	2021
Brasil	Total	3,4	3,5	3,4	5,2
Rede Estadual do seu Estado		2,7	2,8	2,7	4,5
Rede Estadual do seu Município					

	ENSINO MÉDIO			
	IDEB Observado		Metas	
	2005	2007	2007	2021
Rede Municipal do seu Município				

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>.

Para complementação das informações dessa tabela é importante acrescentar dados, referentes ao município, quando houver Ensino Médio na rede municipal e este tenha sido avaliado. É importante para a secretaria da educação municipal, conhecer e acompanhar as mudanças recentes que são propostas no enfoque do Ensino Médio.

**Tabela 13. Notas Médias do Enem por Município e por Escolas dos Alunos Concluintes do Ensino Médio em 2008**

Níveis	Modalidades	Prova Objetiva	Média Geral	Objetiva com correção	Média Geral com correção
Brasil	EMR e EJA	40,52	49,59	39,67	48,90
	EMR	41,10	50,14	40,25	49,45
	EJA	32,93	42,31	32,25	41,72
Região	EMR e EJA	36,03	46,50	35,29	45,86
	EMR	36,34	46,85	35,59	46,20
	EJA	30,17	39,82	29,55	39,27
Estado	EMR e EJA	35,68	46,67	34,95	46,03
	EMR	36,20	47,28	35,45	46,64
	EJA	29,94	39,75	29,32	39,21
Município	EMR e EJA				
	EMR				
	EJA				

Fonte: MEC/INEP: <http://mediasenem.mec.gov.br/enemMediasEscola/>

Para análise da tabela 13 é necessário recorrer à fonte citada, os dados referentes às informações do município e acrescentar a complementação da tabela de forma a refletir sobre os resultados do município, buscando pensar condições de melhoria do ensino, aprendizagem e qualificação docente neste nível. Vale ressaltar, que é necessário levantar os problemas que afetam o desempenho dos alunos matriculados no noturno.

Sobre o Ensino Médio, podem ser analisadas algumas questões acerca de sua situação no município:

- O município dispõe de vagas do Ensino Médio em escolas públicas para os alunos que concluíram o ensino fundamental continuarem seus estudos?
- Se não existem vagas disponíveis, que recursos o governo municipal lança para viabilizar a continuidade dos estudos por parte dos concluintes do Ensino Fundamental, interessados em cursar o Ensino Médio?
- A que fatores se atribui à evasão no Ensino Médio?
- Existem ações pedagógicas para evitar ou minimizar a evasão e a repetência no Ensino Médio?
- Existe no município, empresa/empregador que desenvolva política de incentivo ao processo ensino aprendizagem para o aluno trabalhador, em especial do noturno?
- As escolas de Ensino Médio utilizam instrumentos tecnológicos (laboratório de informática, internet, vídeo, telessalas, info-centro) na prática pedagógica?
- A participação no ENEM, tem possibilitado o acesso ao Ensino Superior dos egressos do Ensino Médio?

## 2. Educação Profissional

A educação profissional, deve ser adotada de acordo com as vocações econômicas locais e regionais, e de tendências e oportunidades de mercado, uma vez que, a intenção dessa modalidade é oferecer ao estudante a formação adequada compatível com as tendências laborais da sua região.

A educação profissional deverá ser oferecida em benefício de estudantes no Município, envolvendo a colaboração entre Estado e o Município, a colaboração entre os municípios da região e colaboração entre governo e agentes econômicos privados (Mares Guia, p.98, 2005).

De acordo com Plano Nacional de Educação – PNE, “a oferta da educação profissional é responsabilidade igualmente compartilhada entre o setor educacional, o Ministério do Trabalho, secretarias do trabalho, serviços sociais do comércio, da agricultura, e da indústria e os sistemas nacionais de aprendizagem”

Para isso, é importante esclarecer como o município se coloca nas discussões dos territórios, sobre as potencialidades locais e as propostas de Educação Profissional.

Para melhor descrever esse panorama, as seguintes questões devem ser pensadas:

- Quais as possibilidades que foram suscitadas nas discussões dos territórios para a formação para o trabalho no município?
- Existem cursos particulares de formação profissional em desenvolvimento no município?
- Quais os potenciais econômicos em desenvolvimento no município?
- Como é a estrutura das escolas ou instituições que oferecem Educação Profissional atualmente?
- Como está a infra-estrutura do município para desenvolver a Educação Profissional?

### 3. Modalidades de Ensino

#### 3.1. Educação de Jovens e Adultos - EJA

Um segmento expressivo da demanda educacional nos municípios corresponde, ao contingente de jovens e adultos que se encontram sem instrução ou com baixa escolaridade. Para um diagnóstico dessa modalidade de ensino que subsidie as decisões do PME, deve-se também analisar os dados estatísticos focalizando o nível de instrução da população do município, através dos indicadores de taxa de analfabetismo e média de anos de estudos da população de 10 anos e mais.

**Tabela 14- Nível Educacional da População Jovem, 1991 e 2000.**

Nível Educacional da População Jovem, 1991 e 2000								
Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% freqüentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
15 a 17								
18 a 24								

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil

**Tabela 15 - Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991 e 2000.**

Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais), 1991 e 2000		
	1991	2000
Taxa de analfabetismo		
% com menos de 4 anos de estudo		
% com menos de 8 anos de estudo		
Média de anos de estudo		

Essas evidências poderão mostrar quantitativamente o contingente para esta modalidade de ensino.

Em termos de qualidade, analisa-se os serviços desenvolvidos na rede municipal, para aqueles que procuram a EJA e os aspectos que se refere às condições básicas de funcionamento das escolas e das condições de oferta do Ensino Fundamental.

Segue abaixo as questões norteadoras para a organização e análise qualitativa dos dados:

- Como a Secretaria da Educação do governo municipal identifica e mobiliza a demanda de EJA, tanto para alfabetizar como para garantir a continuidade dos seus estudos?
- Todas as escolas do município oferecem cursos da EJA? Se não, por quê?
- Além dos cursos, existem informações sobre as possibilidades de realização de exames supletivos, de forma a facilitar a progressão nos estudos por parte dos alunos trabalhadores?
- Que estratégias a secretaria da educação adota para oferecer orientação pedagógica e material apropriado para os professores da EJA no município?
- Que tipo de colaboração tem sido efetivada entre governo municipal, estadual e federal, para ampliação e melhoria do atendimento à demanda da Educação de Jovens e Adultos?
- Que ações o município tem feito para captação de recursos para a EJA?
- Como a EJA tem sido contemplada nos documentos de políticas públicas (plano plurianual, leis orçamentárias, Lei Orgânica do Município, além de medidas como decretos, portarias, pareceres e resoluções do Conselho Municipal de Educação?

### **3.2. Educação do campo**

A Lei de Diretrizes e Bases estabelece, no seu Art. 28, que na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino devem promover as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região. Embora a educação no campo não se constitua no Plano Nacional de Educação, como uma modalidade de ensino específica, os estudos recentes desenvolvidos e a elaboração de diretrizes curriculares operacionais específicas para essa demanda, por parte do Conselho Nacional de Educação, fazem requerer

uma atenção especial para o alunado que estuda nas áreas rurais dos municípios. Nesse sentido, é necessário analisar as condições básicas de funcionamento das escolas, assim como, as condições da oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para aqueles que vivem nestas localidades.

**Tabela 16. Número de Escolas em Áreas Específicas - Rede Municipal 2007**

Áreas	Número de Escolas
Zona Rural	
Área de Assentamento	
Área Remanescente de Quilombola	
Comunidade Indígena	

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>.

Agregam-se a essas análises, outros pontos importantes:

- Como se distribuem as escolas rurais no município quanto à distância da sede e às condições de acesso dos alunos e dos professores?
- Quais as condições físicas e de infra-estrutura dos prédios escolares, do mobiliário e do material de apoio pedagógico nas escolas situadas na zona rural?
- Como o governo municipal tem resolvido os problemas ligados ao transporte escolar para aquelas escolas distantes e de difícil acesso, principalmente em épocas de chuva?
- Existem professores em número suficiente para atender a essas escolas? Eles têm recebido treinamento, orientações pedagógicas e incentivos salariais?
- Como funcionam os serviços de coordenação pedagógica nestas escolas? Seus coordenadores são experientes?
- As escolas são orientadas para fazerem as adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural onde estão inseridas?
- Os currículos e metodologias estão apropriados às reais necessidades e interesses dos alunos?
- A parte diversificada dos currículos do Ensino Fundamental, nessas escolas, tem sido programada atentando para as características regionais e locais principalmente no que se refere à economia e cultura?
- As escolas fazem adaptações do calendário escolar em função do ciclo da produção agrícola e às condições climáticas?
- No município há assentamentos rurais? Nesses assentamentos existem escolas? Como a Secretaria se relaciona com os líderes dos grupos, os pais dos alunos e os professores? Existe um espaço de discussão sobre o currículo e as práticas pedagógicas dessas escolas?



- Existem escolas multisseriadas no município? Como a Secretaria dá assistência pedagógica a essas escolas?
- Como se dá a gestão das escolas multisseriadas? Há alguma tentativa de nucleação? Que benefícios a nucleação trouxe para as escolas e as comunidades? Como os pais dos alunos viram essa experiência?
- Existem parcerias com universidades e outras instituições para fortalecer a qualidade da educação do campo?

### 3.3. Educação Inclusiva

Na elaboração do PME, é imprescindível analisar a situação dos alunos com necessidades educativas especiais, matriculados em todos os níveis, na tentativa de verificar a dimensão do atendimento a essa demanda.

**Tabela 16 – Matrículas da Educação Especial no Município X, por necessidade e nível de ensino em 2008.**

Necessidades	Nível de ensino				Total
	Ed. Infantil	Séries iniciais do E. F.	Séries Finais do E. F.	Ens. Médio	
Deficiência visual					
Deficiência mental					
Deficiência física					
Defic. Auditiva					
Defic. Múltiplas					
Altas habilidades					
Total					

Fonte: Secretaria Municipal da Educação.

Alguns pontos podem, também, ser considerados nesta análise:

- A educação inclusiva é promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino no município?
- Os alunos com necessidades educacionais especiais do município têm atendimento na rede regular de ensino? Que estratégias a Secretaria Municipal de Educação e as escolas utilizam para identificar essa demanda?
- Existem, na rede escolar, serviços de apoio especializado feito em classes e aos professores, de forma a acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais?
- Há articulação e cooperação entre os setores de educação, saúde e assistência social para viabilizar o atendimento a esses educandos?

- Os currículos, os métodos, as técnicas, os recursos educativos e a organização do trabalho pedagógico das escolas contemplam as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais?
- Os professores da rede escolar recebem treinamento para prestar o atendimento especial a esses educandos?
- Existe, no município ou próximo dele, escolas especializadas, que oferecem atendimento específico àqueles que não podem ser atendidos no sistema regular de ensino?
- O sistema escolar promove atendimento preventivo, identificando os casos que necessitam intervenção, com vistas a evitar o agravamento das situações encontradas?
- Os educandos com necessidades especiais recebem a atenção devida para o seu desenvolvimento, inclusive os com altas habilidades? Se sim, de que forma?
- O governo municipal tem prestado apoio ou tem promovido parcerias com instituições de natureza filantrópica, que prestam atendimento educacional a esse público?
- Os estabelecimentos de ensino garantem a acessibilidade ao público com necessidades especiais?
- O município já realizou algum mapeamento sobre a quantitativo de pessoas por necessidades especiais?

### **3.4. Educação Indígena**

A Lei 11.645/08 altera a lei 9394/96 e modifica a Lei 10.639/03 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial de rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

De acordo com Plano Nacional de Educação (2001):

[...] é de particular importância o fato de a Constituição Federal ter assegurado o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngüe, o que vem sendo regulamentado em vários textos legais. Só dessa forma se poderá assegurar não apenas sua sobrevivência física, mas também, resgatando a dívida social que o Brasil acumulou em relação aos habitantes originais do território.

Dessa forma, é importante analisar se no município existe comunidade indígena e se o atendimento a essa demanda tem sido satisfatório. Para isso, é importante identificar como acontece a interação entre a SME e as escolas nessas comunidades.

Questões para análise da situação:

- Existem comunidades indígenas no município?
- A contribuição dos povos indígenas é discutida e valorizada no ambiente escolar?
- O currículo reconhece as várias etnias indígenas e as diferenças entre estas?
- Como se organiza a escola nas aldeias?
- Em relação aos livros didáticos escolhidos por essas escolas, estes sinalizam a contribuição dos povos indígenas no processo de construção do povo brasileiro?
- Quem são os professores? Eles recebem orientação pedagógica para atender às especificidades dos alunos?
- As escolas trabalham a língua materna e os traços culturais da população indígena?

### **3.5. Educação Quilombola**

As fortes campanhas empreendidas pelo Movimento Negro têm possibilitado ao Estado brasileiro a promover políticas e programas para a população afro-brasileira e valorizar a história e a cultura do povo negro. Entre os resultados, a Lei 9394/96, foi alterada nos Artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei 10.639/03, promulgada pelo presidente Luis Inácio em março de 2003 que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas no currículo oficial da Educação Básica e inclui no calendário escolar, o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Várias pesquisas têm demonstrado que, o racismo em nossa sociedade constitui também ingrediente para o fracasso escolar de alunos(as) negros(as). A sanção da Lei é um passo inicial rumo à reparação humanitária do povo negro brasileiro, pois abre o caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação.

Cabe aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientar e promover a formação de professores(as) e supervisionar o cumprimento das Diretrizes do ensino da História e Cultura Africana a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades.

Nesse sentido, segue alguns pontos a serem levantados:

- O município está localizado ou tem regiões que antes eram quilombos?
- O município tem remanescentes de comunidades quilombolas? Caso haja, o currículo das escolas é elaborado respeitando estas especificidades?
- Há ou houve por parte do município alguma formação para os profissionais da educação relacionada ao Ensino da História da África?
- Os professores(as) conhecem e trabalham com a Lei 10.639/2003?
- O currículo escolar discute de maneira crítica o processo de escravização no Brasil e sobre as contribuições do povo africano no processo de construção da nação brasileira?
- As diferentes etnias, línguas e religiões de matrizes africanas são conhecidas e respeitadas nas unidades escolares?
- Como o currículo discute as músicas de sentido pejorativo que distorcem a imagem do negro e principalmente das mulheres negras?
- No cotidiano escolar, estão inseridas discussões sobre preconceito racial?
- A sala de leitura ou biblioteca das escolas, possuem livros de contos africanos e histórias infantis com personagens negros (as)? Estas são contadas nas turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental?
- O currículo escolar reconhece as personalidades negras que se destacam nas diversas áreas cultural, artística, literária etc?
- As imagens dos livros didáticos, principalmente dos livros de História, são discutidos, criticados nas salas de aulas?

#### **4. Educação Superior**

Neste item do PME é importante destacar quais as expectativas da população em ingressar na educação superior e quais oportunidades existem no município. As exigências do mercado de trabalho, influência para um aumento da demanda pela educação superior.

Caso o município disponha de dados atualizados, é importante destacar em percentuais, quantos alunos egressos do ensino médio das escolas públicas no município, ocupam as vagas nas instituições de Educação Superior. Desta maneira, segue algumas questões que podem auxiliar na produção desta análise:

- Que demandas o município tem para cursos de educação superior? Que tipo de apoio o governo municipal fornece aos estudantes que desejam cursar ou que já cursam o ensino superior fora do município?

- Existem núcleos de instituições de Educação Superior no próprio município? Ou nas proximidades? Quais os resultados alcançados nas avaliações (por exemplo: ENADE) por essas instituições?
- Existem ações do governo municipal que viabilize a permanência de alunos de baixa renda que ingressaram na Educação Superior? Ou estes estão incluídos em programas de assistência ao estudante?

## **5. Gestão da Educação**

### **5.1. Estruturação da educação municipal**

Este capítulo tem como objetivo explicar como está estruturada a educação no município – se já se instituiu como Sistema Municipal de Ensino ou se continua vinculada ao Sistema Estadual de Ensino, bem como, fazer referência à criação, estrutura e funcionamento dos principais conselhos existentes (Conselho Municipal de Educação, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho de Controle e Acompanhamento Social do FUNDEB, Conselhos Escolares etc).

Além disso, busca-se visualizar documentos legais em vigor relacionados com a educação (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação, Lei de Criação do Fundo Municipal de Educação, regimentos escolares e outras normas que regulam a gestão democrática da educação etc), destacando, sucintamente, suas características e eventuais problemas quanto à aprovação, aplicação e conteúdo; mencionar os critérios para acesso aos diversos cargos ou funções do magistério, inclusive os cargos de diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico; e ainda explicar como está organizada a Secretaria Municipal de Educação, incluindo seu organograma tecendo comentários sobre o seu funcionamento.

Segue algumas perguntas que podem servir para direcionar a construção do texto:

- Como a educação é definida na Lei Orgânica do Município? É vista como prioridade?
- Como a educação é tratada no Plano Plurianual do Município?
- O município já estruturou seu Sistema Municipal de Ensino – SME ou ainda é vinculado ao Sistema Estadual de Ensino? Caso o município tenha instituído seu SME, qual lei instituiu?

- Existe Conselho Municipal de Educação? Caso exista, Qual lei o criou? Quais são as funções e atribuições? Tem Regimento Interno?
- Qual Lei institui o Sistema Municipal de Ensino e cria o Conselho Municipal de Educação? Quais são as funções e atribuições do Conselho Municipal de Educação? O CME tem Regimento Interno, o que ele regulamenta?
- Quais outros Conselhos ligados à área da educação existem no município? Como é o funcionamento de cada um? Existem Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis no município?
- O Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais da Educação está atualizado? Foi construído de forma participativa? E o Estatuto do Magistério estabelece os critérios de acesso aos cargos? Quais são os critérios?
- Como a Secretaria Municipal de Educação está organizada? Tem técnicos suficientes para demanda? Tem organograma?
- Como acontece a relação da Secretaria Municipal de Educação com as DIREC e a Secretaria Estadual de Educação? O regime de colaboração é respeitado e incentivado pelo município e Estado?

## 5.2. Organização e funcionamento da educação municipal

Neste item é importante identificar todas as escolas (municipal, estadual, federal, particular) com os respectivos níveis - Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio. Especificar no texto, quais modalidades de ensino são oferecidas no município - Educação de Jovens e Adultos, Educação Inclusiva, Educação Indígena, etc - e as redes responsáveis pela oferta. Fazer comentários gerais a respeito da localização e das características das escolas (urbanas ou rurais, condições de acesso, porte - pequeno, médio ou grande, infra-estrutura). Sugestão de tabela:

**Tabela 17 – Número dos estabelecimentos de ensino por localização – Rede Municipal - 2007.**

Ensino Fundamental			Ensino Médio			Total Geral		
Urbana	Rural	Subtotal	Urbana	Rural	Subtotal	Urbana	Rural	Subtotal

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>.

**Tabela 18 – Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município X, por dependência administrativa e níveis de ensino.**

Níveis de ensino	Dependência administrativa					
	Estadual		Municipal		Particular	
	2000	2008	2000	2008	2000	2008
Ed Infantil – Creche						
Ed. Infantil – Pré-escola						
Ensino fundamental						
Ensino Médio						
Total						

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>. / Secretaria Municipal de Educação

Estas informações portanto, vão fornecer uma visão panorâmica da oferta do ensino no município, considerando todas as redes e a localização.

### 5.3 Apoio ao educando

Para a elaboração deste item é interessante que a Coordenação Executiva organize reuniões com os diversos segmentos das escolas, para analisar o atendimento mínimo oferecido aos alunos; técnicos da SME detêm informações importantes sobre a execução de ações de apoio ao educando.

Nesse sentido, as seguintes questões podem contribuir:

- Como funciona o Programa do Livro Didático? As escolas possuem material de apoio? Todos os alunos recebem livro? Existe incentivo para a conservação dos livros didáticos?
- Como funciona o Programa da Alimentação Escolar no município? Como acontecem os processos de compra, distribuição e armazenamento da alimentação escolar?
- A merenda é suficiente para a quantidade de alunos? Existe o acompanhamento de nutricionista? A merenda é aceita pelos alunos? Existe diferença entre a merenda oferecida na zona rural e urbana?
- Os alunos matriculados recebem assistência médica-odontológica? Como acontece este atendimento?
- O transporte escolar é freqüente, seguro, realizado em veículos fechados? Quantos alunos são atendidos no programa do transporte escolar? Quais



dificuldades enfrentadas com a manutenção do transporte escolar e como são solucionadas?

#### **5.4 Acompanhamento pedagógico**

Este é um aspecto relevante para a educação, uma vez que é considerado o objeto central de toda a educação escolar. Dessa forma, o diagnóstico deve apresentar informações sobre o currículo praticado nas redes escolares do município, suas bases teóricas e legais, com referências à existência de uma proposta curricular própria, como orientação ao trabalho das escolas. Caso exista tal documento, explicar como foi construído e se houve participação dos profissionais do magistério no processo; dizer quais as suas características, se já está sendo implementado, acompanhado e avaliado; comentar sobre os principais resultados.

Outra informação importante para o PME, diz respeito aos projetos políticos pedagógicos das escolas, cuja elaboração, de forma participativa, é uma exigência legal. Logo, não basta uma referência à existência ou não das propostas pedagógicas das escolas. Deve-se explicitar também, o processo empregado na elaboração, o suporte que receberam para a orientação do processo, se houve envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar (incluindo-se os alunos e os pais), e se estão efetivamente orientando o trabalho pedagógico das escolas etc.

Merece destaque também, o trabalho de acompanhamento pedagógico realizado pelo coordenador. É importante comentar como acontece este acompanhamento, se existem coordenadores pedagógicos em todas as escolas. Se os coordenadores são responsáveis pelo processo de formação em serviços dos professores e se estes se sentem amparados pelo trabalho de apoio da coordenação.

Seguem algumas perguntas que servem de auxílio na construção do texto deste item:

- A equipe técnica da Secretaria Municipal da Educação oferece com regularidade orientação para o trabalho pedagógico nas escolas, a partir da divulgação de diretrizes e procedimentos?
- O número de coordenadores pedagógicos que trabalham nas escolas é suficiente para desenvolver o trabalho de orientação e acompanhamento?



- Quais as principais dificuldades do processo de orientação do trabalho pedagógico, por parte dos técnicos da Secretaria e por parte do pessoal das escolas?
- Que tipo de orientação as escolas recebem da Secretaria Municipal da Educação para construir os seu projeto político pedagógicos?
- Os professores fazem o planejamento de suas atividades de forma organizada e articulada com os seus colegas?
- Os conteúdos dos currículos que as escolas desenvolvem estão atualizados e condizentes com as diretrizes curriculares em vigência? Estão organizados de forma seqüencial, de modo a que os professores possam saber quais os conteúdos trabalhados, nos anos anteriores?
- Como vem sendo utilizado o tempo pedagógico dos coordenadores e dos professores? Os docentes estão tendo garantido o tempo, na sua jornada de trabalho, para participar de estudos e planejamento, conforme é estabelecido por lei?
- As escolas têm regimento? Se tiverem, como foi elaborado?
- Os professores avaliam continuamente o progresso dos alunos? Sabem quantos e quais estão em dificuldades?
- Como funciona o sistema de recuperação? As escolas têm experimentado o sistema de recuperação paralela? Caso tenha, como tem sido o resultado?

### **5.5. Gestão nas unidades escolares**

A legislação brasileira determina o princípio de “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (Art. 206, inciso VI). Baseado nesse princípio é necessário descrever como ocorre a gestão das escolas municipais.

Falar em gestão das unidades escolares é falar da vida da escola, uma vez que o gestor tem papel fundamental na dinâmica de trabalho que acontece em sua instituição.

Esse campo de atuação pode ser analisado com os que vivenciam a escola, considerando as seguintes questões:

- As escolas dispõem de conselhos escolares com funções bem definidas? Os conselhos funcionam de maneira permanente, acompanhando todos os serviços da escola?
- As escolas definem os seus objetivos, as suas metas, estratégias e os planos de ação para alcançá-los de forma conjunta? Os objetivos da escola são claramente definidos e aceitos pela comunidade escolar?
- As escolas têm autonomia para decidir sobre seus esquemas de trabalho, métodos preferidos, aquisição de equipamentos e materiais preferidos?

- A comunidade escolar escolhe os seus dirigentes?
- Existem programas ou ações voltadas para a formação de gestores escolares?
- As escolas dispõem de normas e procedimentos administrativos bem definidos? Todas as pessoas na escola conhecem todos os procedimentos próprios de suas tarefas e executam bem o seu trabalho?
- Há incentivo à formação e funcionamento dos grêmios estudantis? Como o alunado participa e colabora com a administração da escola?
- O regimento escolar é conhecido por todos e é efetivado no cotidiano das escolas?
- As escolas fazem programação de eventos comemorativos e de integração com a comunidade como feiras, exposições, festivais, excursões, atividades esportivas e de recreação?

## **5.6 Instalações físicas e materiais nas unidades escolares**

Para falar em instalações físicas é necessário a coordenação executiva ter conhecimento dos padrões mínimos de infra-estrutura determinados pelo MEC, para confrontá-los com a realidade existente em seu município. Sabe-se também que essas instalações e os materiais disponíveis em uma unidade escolar, podem interferir positivamente ou não no trabalho pedagógico que a mesma desempenha. Desta forma, este item trata de analisar as condições físicas, ambientais e materiais que facilitam o trabalho do professor e o processo da aprendizagem dos alunos.

Para tanto, foram selecionadas algumas perguntas que servirão de guia na produção do texto, são elas:

- Os prédios e os pátios das escolas são bem conservados e têm aparência atrativa? Dispõem de suprimento de água? Possuem salas de aulas suficientes para todas as turmas? Possuem bibliotecas ou canto de estudo? Possuem um espaço de apoio ao professor? Possuem espaço para lazer? Os banheiros são em número suficiente e estão em condições higiênicas de uso?
- Existem carteiras para todos os alunos, mesa e cadeira para o professor, quadro e material de apoio visual em cada sala de aula?
- Os professores e os alunos dispõem de materiais adequados que permitem atividades diversificadas dentro da sala de aula?
- As escolas dispõem de material ilustrativo, bibliográfico, visual e sonoro?
- Os materiais de apoio pedagógico, utilizados nas escolas são atualizados? Como são disponibilizados para os usuários?

- Existem equipamentos audiovisuais e de informática (TV, gravador, CDs, computador) nas escolas? Se existem, como são utilizados e guardados? Os professores e alunos têm acesso a eles e os utilizam em suas atividades?
- Nas escolas, é feito o controle do patrimônio existente? As escolas dispõem de esquema de segurança para a guarda do seu patrimônio?
- Como é o ambiente de trabalho nas escolas quanto à limpeza, ao silêncio, à estética, à adequação dos recursos físicos e existência de áreas de lazer e recreação?

## **6. Valorização dos profissionais da educação**

Em um planejamento estratégico da educação, os recursos humanos merecem uma atenção especial. A ação pedagógica não é isolada, mas uma interação constante entre necessidades e possibilidades de construção de conhecimento pelos alunos, sendo fundamental a intervenção do professor. Aliada ao compromisso com o trabalho, uma maior qualificação do professor produzirá, certamente, melhores resultados. Uma caracterização da situação existente no município é imprescindível para a proposição de ações futuras que favoreçam um melhor desempenho docente.

Deve-se fazer referência também, a iniciativas do município para elevar o nível de qualificação de seus profissionais, através da promoção de oportunidades para habilitar os leigos (caso ainda existam no quadro do magistério) e para assegurar o desenvolvimento de processos de formação continuada para todos os profissionais – cursos, seminários, palestras e acompanhamento pedagógico regular do trabalho dos profissionais nos seus locais de trabalho.

Sabe-se que a legislação educacional em vigor, estabelece o nível superior em licenciatura plena para o professor da Educação Básica, principalmente para aqueles que ensinam da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e os que atuam no Ensino Médio. As metas do Plano Nacional de Educação prevêm a complementação da formação do professor da Educação Infantil em nível superior

### **Tabela 19 – Funções docentes por Localização e Formação – Rede Municipal em 2007**

Nível	Funções Docentes					
	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
<b>LEGENDA PARA FUNÇÕES DOCENTES: C/LIC - COM LICENCIATURA; C/GR - COM GRADUAÇÃO; C/EM - COM ENSINO MÉDIO; C/NM - COM NORMAL MÉDIO; S/EM - SEM ENSINO MÉDIO</b>						
Regular – Creche						
Regular - Pré-Escola						
Regular - Anos Iniciais do Ensino Fundamental						
Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental						
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial						
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Semipresencial						
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial						

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>.

**Tabela 20. Número de professores da rede Municipal, Estadual e Particular, por nível de formação em 2005, 2008.**

Anos	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior		Total
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	
2005							
2008							

Fonte: Secretaria Municipal da Educação

A tabela 20 possibilita comparar o número total de professores entre os anos de 2005 e 2008, por nível de formação e identificar se houve investimentos recentes para melhoria da qualificação dos mesmos, alcançando elevação do nível de formação docente por dependência administrativa (municipal, estadual e particular).

Outras questões ligadas ao desempenho dos professores necessitam ser analisadas, para um diagnóstico mais completo nessa área:

- Os professores, os coordenadores e supervisores estão se atualizando com frequência, através de cursos, encontros e outros eventos promovidos pela Secretaria ou por outras instituições?
- Os professores demonstram domínio dos conteúdos das disciplinas que lecionam? São experientes na atividade de ensino?
- Existe muita rotatividade dos professores? Muitos deles ensinam em mais de uma escola?
- O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação e (ou) o Estatuto do Magistério têm sido cumpridos?

- De que forma tem ocorrido a participação dos professores nos conselhos das escolas, na elaboração do projeto político-pedagógico e em outros conselhos da área da educação?
- Existem programas de formação para os professores? Quais e de que tipo?

Além dos professores, a educação também é composta por técnicos e auxiliares que juntamente com os docentes fazem a educação acontecer. Desta forma, no planejamento da educação, os Recursos Humanos merecem uma atenção especial. A ação pedagógica não é uma atividade isolada, mas fruto de uma interação que envolve vários profissionais.

As tabelas 21 e 22 ajudarão, a visualizar o quadro de profissionais em educação que a rede municipal dispõe atualmente.

**Tabela 21. Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede municipal em 2007**

Cargos	Nº	Nível de Escolaridade			
		Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Completo	Outros
Merendeira					
Vigilante					
Servente					
Secretário Escolar					
Porteiro					
Outros					

Fonte: Secretaria Municipal da Educação

A análise da tabela 22 é de suma importância para que o município possa planejar ações de formação continuada e em serviço para os demais profissionais, nesse sentido, o ideal é que se tenha no quadro do serviço público, servidores efetivos, de forma a viabilizar o retorno dos investimentos feitos com a formação ao longo do tempo, e a garantia da qualidade dos serviços prestados.

**Tabela 22. Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2007**

Cargos	Nº total	Situação Funcional					Tempo exercício no cargo
		Servidor Público	Concursado CLT	Contrato Temporário	Terceirizado	Outro	
Merendeira							
Vigilante							
Servente							
Secretário Escolar							
Porteiro							
Outros							

Fonte: Secretaria Municipal da Educação

Nesse sentido, deve-se refletir:

- Nas escolas existe número suficiente de funcionários para as várias funções? São funcionários efetivos?
- Os coordenadores pedagógicos orientam os professores sobre práticas de ensino e prestam assistência quando necessário?
- São desenvolvidas ações de treinamento de pessoal técnico e administrativo?
- O desempenho dos profissionais é periodicamente avaliado? Seus direitos como profissionais são garantidos?
- Como se desenvolvem as relações entre funcionários, direção da escola e alunado?
- O pessoal que trabalha na escola participa das decisões da escola? Como?
- Tem sido desenvolvidas ações de formação continuada para os profissionais de apoio?

## 7. Recursos financeiros para a educação no município

Último item do diagnóstico que fundamenta as decisões do PME é a análise dos recursos financeiros aplicados na educação pelo governo municipal. Esses dados, vão fornecer uma visão das possibilidades de realização das ações necessárias para melhorar o quadro educacional do município.

É importante ainda, buscar informações nos balanços anuais da Prefeitura, aprovados pela Câmara de Vereadores, a fim de conhecer o nível de comprometimento orçamentário com a educação no município. Para isso, deve-se consultar o Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

É imprescindível a participação do pessoal responsável pela aplicação dos recursos financeiros para maiores esclarecimentos, de forma que os elaboradores do PME possam se apropriar dessas informações. Essas informações vão servir de parâmetro para a formulação das metas do plano ao longo dos 10 (dez) anos, e, para fazer uma adequada previsão de recursos, de acordo com as possibilidades orçamentárias. Para tanto as tabelas abaixo, devem ser apresentadas para esses responsáveis, no intuito de colaborar com a veracidade das mesmas. Se possível, analisar os dados de recursos nos últimos anos.

Para tanto, sugerimos a organização dos dados coletados nas seguintes tabelas:

**Tabela 23. Outras receitas com o setor educacional do município X, administradas pela Prefeitura. 2005/2008**

Ano	Alimentação escolar	Transporte Escolar	Convênios	Outras Receitas	Total
2005					
2006					
2007					
2008					

Fonte: Secretaria Municipal da educação/ Secretaria da Administração/ Prefeitura Municipal.

**Tabela 24. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de X, por nível ou modalidade de ensino 2005/2008.**

Ano	Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Outros	Total
2005						
2006						
2007						
2008						

Fonte: Secretaria Municipal da educação/ Secretaria da Administração/ Prefeitura Municipal.

Será necessário também, conhecer as despesas com educação no município por categoria econômica e elemento de despesa, favorecendo a identificação de lacunas e insuficiências de recursos para atendimento às prioridades, assim como para a busca de equilíbrio no planejamento em longo prazo e nos próximos orçamentos.



**Tabela 25. Despesas com educação do município X por categoria e elemento de despesa. 2005/2008**

Ano	Despesas correntes			Despesas de capital			Total
	Pessoal	Mat. Consumo	Sub-total	Obra e Instalações	Equip.	Sub-total	
2005							
2006							
2007							
2008							

Fonte: Secretaria Municipal da educação/ Secretaria da Administração/ Prefeitura Municipal.

Pela sua importância na política atualmente implementada de redistribuição dos recursos sub-vinculados entre estados e municípios, devem-se analisar também, nos estudos diagnósticos que subsidiarão as metas e ações do PME, a receita e a aplicação dos recursos do FUNDEF/FUNDEB no município. Trata-se, de levantar e analisar as remessas que são depositadas nas contas da Prefeitura, bem como a aplicação desses recursos.

**Tabela 26. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEF no Município X. 2004/2006**

Ano	Total recebido	Aplicação		
		Salário dos professores	Capacitação dos leigos	Gastos com MDE
2004				
2005				
2006				

Fonte: Secretaria Municipal da educação/ Secretaria da Administração/ Prefeitura Municipal.

**Nota:** No período analisado, os recursos eram repassados pelo FUNDEF.

**Tabela 27. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município X em 2007/2008**

Ano	Total recebido	Aplicação		
		Salário dos professores	Capacitação dos leigos	Gastos com MDE
2007				
2008				

Fonte: Secretaria da Administração e ou Fazenda do Município

**Nota:** A partir de 2007, vigência do FUNDEB.



A tabela 28 ajuda a traçar o demonstrativo de Recursos recebidos e sua aplicação. A informação dessa tabela se encontra no ambiente Proam/Pme, e dados dos anos posteriores a 2006 podem ser levantados, em fontes do próprio município, devendo ser acrescentados.

**Tabela 28. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2006 (Em R\$)**

Dos recursos		Da aplicação	
Receita de imposto e transferências	25% da receita de impostos e transferências	Total aplicado em educação	% aplicado

Fonte: Site: Tribunal de Contas dos Municípios. Tab.17.

Outra fonte importante é prestação de contas feita através do sistema de Informações Orçamentárias em Educação – SIOPE.

**Tabela 29. Recursos da educação no PPA - 2006 – 2009**

ANOS	Previsto Em R\$	Programa\projetos\atividades educacionais.	Total Utilizado
2006			
2007			
2008			
2009			

Fonte: Prefeitura Municipal

Outra informação que deve ser pesquisada nos documentos de planejamento do município é o montante previsto para a educação no orçamento do Plano Plurianual – PPA. Na tabela 29 basta descrever em linhas gerais o nome do eixo que situa os recursos da educação nesse documento e transcrever os seus valores totais, ano a ano.

## 8. Perspectivas para os próximos dez anos

Para concluir este diagnóstico educacional é importante que sejam destacados de maneira bem sucinta, os principais desafios a serem enfrentados pelo município na década de referência do Plano, inclusive dar destaque ao alcance e superação da projeção do IDEB previsto para os próximos 10 anos de implementação do PME. É

interessante explicitar também o sentido de se construir um Plano Municipal de Educação e a expectativa do município com a sua implementação.

A análise de todos os dados e informações, sistematizados em tabelas, gráficos e outros recursos elucidativos, possibilita evidenciar tanto aspectos positivos da educação no município quanto as lacunas, insuficiências, necessidades a serem atendidas, pontos críticos a serem superados, obstáculos a serem enfrentados e que merecem melhor atenção na programação, a fim de diminuir a distância entre a realidade existente e o ideal proposto no PME. Há necessidade de confrontar com clareza, os indicadores de acesso, regresso, permanência e sucesso, de todos os que têm direito à escolarização básica, sejam crianças, jovens ou adultos.